

# Feitos um para o outro

Ricardo Noblat

O Congresso reuniu-se ontem pela manhã, a partir das 10 horas, para votar, em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado, uma extensa pauta de assuntos. Estava na ordem do dia meia dúzia de medidas provisórias, assinadas pelo presidente da República, que promoveram ajustes no Plano Verão contra a inflação. Havia, também, decretos legislativos, de iniciativa de senadores e deputados.



Havia, ainda, decretos-leis, anteriores à promulgação, a 5 de outubro último, da Constituição em vigor. A matéria mais importante que deveria ser votada era o substitutivo do Senado à lei de greve baixada, recentemente, pelo presidente da República, através da Medida Provisória nº 50. Arrefeceu um pouco, mas ainda persiste o surto de greves que picota o país de uma ponta a outra. Os ânimos estão tensos.

A sessão do Congresso não durou 15 minutos. Nada foi decidido. Não houve *quorum* para votação. A direção da Mesa, que comandou a sessão, não se deu, sequer, o trabalho de convocar senadores e deputados para uma nova sessão à noite, só mais tarde convocou-os. Achava que não haveria *quorum*. Cogitava de convocar uma sessão para a próxima terça-feira — mas temia, e com razão, que o *quorum*, mais uma vez, não fosse alcançado.

A próxima quinta-feira é feriado no país. No calendário particular do Congresso, as segundas e sextas-feiras foram eliminadas como dias propícios às votações. Não são mesmo. Na segunda-feira, os parlamentares ainda estão retidos nos seus estados. Na sexta-feira, estão desembarcando nos seus estados. Começam a chegar em Brasília na terça-feira — mas, dificilmente, chegarão em uma terça que seja antevéspera de um feriado.

O substitutivo à lei de greve corria o risco de ter que aguardar mais um pouco para, finalmente, ser votado. No início da tarde de ontem, o mesmo risco corria a lei do novo salário mínimo. Não se tinha segurança de que haveria *quorum* para votá-la na sessão da Câmara dos Deputados. Não havia

ainda, sequer, acordo entre as lideranças dos partidos em torno do teto mais justo ou mais adequado para o salário mínimo.

Sem acordo, seria pouco provável que a direção da Câmara utilizasse o recurso de se valer da distração do plenário, e da cumplicidade de alguns líderes, para dar, rapidamente, por aprovada qualquer coisa. Em um Congresso, onde boa parte dos seus integrantes prefere não comparecer ao local de trabalho, a aposta na distração é um recurso cada vez mais usado. Foi assim que se conseguiu aprovar o Orçamento da União de 1989.

O governo fez o que pôde para confundir o Congresso e impedir que ele alterasse a proposta de orçamento despachada pelo presidente da República. O Congresso fez tudo o que podia fazer para alterar o que lhe parecia sensato alterar e para enxertar o orçamento com dotações de verbas para projetos específicos e menores de interesse de senadores e deputados. O presidente vetou, depois, algumas das alterações promovidas.

O exame dos vetos oferecidos arrastou-se por quase três meses. Não havia *quorum* para qualquer decisão. Até hoje, o Congresso funciona sem um regimento que regule seu próprio funcionamento, porque ainda não se estabeleceu um acordo a respeito. A Constituição está em vigor, precariamente, porque o Congresso ainda não se preocupou em elaborar e aprovar as leis que deveriam complementá-la. Não tem interesse. Não há *quorum*.

O deputado Antônio Brito (PMDB-RS) falou para as paredes da Câmara, quando denunciou, no início desta semana, que o Congresso limitou-se a aprovar duas leis que regulamentam a Constituição. Faltam ser aprovadas 153 leis. Na noite da última quarta-feira, contudo, uma manobra esperta de alguns líderes resultou na aprovação de um reajuste salarial para senadores e deputados. A votação do novo salário mínimo ficou para depois.

A Câmara dos Deputados e o Senado se ressentem da falta de uma liderança firme, atuante, como a exercida pelo deputado Ulysses Guimarães na Constituinte. Os parlamentares parecem ter perdido, de vez, a vergonha de ganhar sem trabalhar. O grau de descrédito do Congresso bateu em um teto que o desmoraliza crescentemente. O Congresso e o atual governo parecem, cada vez mais, ter sido feitos um para o outro.